



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ACTA Nº3/2023

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS
REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

----- Ao trigésimo dia do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três compareceram para uma reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, os membros da Assembleia de Freguesia, Senhores Luís Armando Rodrigues Soeiro, Cecília Maria Antunes Soeiro de Matos, Mariana Soeiro Varela, Inácia Pereira Gonçalves Ricardo, Leandro Filipe da Silva Freitas Lopes, Augusto Aurélio Rainho, Ernesto Morgado Marques Pereira, Rute Isabel Morgado Alves Neves Engrácio, Célia João Marques Pego. -----

1-Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

2-Segunda alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do artigo 9º. Nº.1 alínea a) da Lei 75/2013; -----

3- Apreciação e aprovação da celebração de Contrato Plurianual de Assistência Técnica com a ATEVA – Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo, nos termos do artigo 6º., nº.1 alínea d) da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

-----INICIO DE REUNIÃO-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A Senhora Cecília Matos lê voto de pesar: *“A Assembleia de Freguesia de Galveias, reunida no dia 30 de setembro de 2023, vem, desta forma, apresentar as sentidas condolências à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Galveias, e a todos os seus familiares, pelo falecimento da sua mãe, D. Carlota Julião.”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca o voto de pesar em votação, sendo aprovado **por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Presidente informa que na sessão anterior houve uma falha na gravação do áudio da Assembleia e para que a Ata fosse executada foi necessário “recorrer às nossas memórias.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca a ata da sessão anterior a votação sendo aprovada **por maioria com 3 abstenções**. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia explica que a ordem de trabalhos necessita sofrer alterações. São dois novos pontos que devem ser submetidos a votação, sendo eles o “**Ponto 4 - Certidão sobre a Organização do Serviço da Junta de Freguesia de Galveias.**” e “**Ponto 5 - Apreciação do Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, relativa ao primeiro semestre de 2023**”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca o ponto 4 e o ponto 5 a votação sendo ambos aprovados **com três abstenções e cinco votos a favor**. -----

----- Assim sendo a ordem de trabalhos, da presente sessão da Assembleia de Freguesia, passou a ser a seguinte: -----

1-Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

2-Segunda alteração Modificativa ao Orçamento, nos termos do artigo 9º. Nº.1 alínea a) da Lei 75/2013; -----

3- Apreciação e aprovação da celebração de Contrato Plurianual de Assistência Técnica com a ATEVA – Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo, nos termos do artigo 6º., nº.1 alínea d) da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

4 - Certidão sobre a Organização do Serviço da Junta de Freguesia de Galveias. -----

5- Apreciação do Relatório Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, Relativa ao Primeiro Semestre de 2023. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- A Senhora Cecília Matos lê uma moção “Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas, e das prestações ao banco, e assegurar o direito à habitação.”, apresentada pelos eleitos da CDU, que será introduzida na presente ata como **anexo 1**.

----- Não havendo questões a colocar sobre a referida moção, o Senhor Presidente coloca-a em votação, sendo **aprovada por maioria com duas abstenções**. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia questiona os eleitos se têm alguma questão a colocar à Senhora Presidente da Junta, no âmbito do período antes da ordem do dia.-----

----- Primeiramente inscreveram-se Mariana Varela, Inácia Ricardo, Augusto Rainho e Leandro Lopes.-----

----- A Senhora Mariana pergunta *“Para quando vai estar à venda o vinho com que a Junta ficou no leilão?”* -----

----- A Senhora Inácia pergunta *“Para quando a inauguração do Edifício Multiusos e do Centro de Interpretação José Luís Peixoto.”* -----

----- O Senhor Augusto Rainho diz que quer *“saber como correu a época balnear em termos de resultados. Também tive conhecimento de pessoas que chegaram ao Centro de Saúde com ferimentos feitos nos escorregas. Vão entrar este ano em obra? Como é a questão do bar, se continua na mesma.”* -----

----- O Senhor Leandro pergunta: *“Queria saber para quando a abertura do lagar e quando terminam as obras?”* -----

----- A Senhora Presidente responde às perguntas feitas pelos membros da Assembleia, começando por agradecer *“o voto de pesar que me foi prestado, agradeço a todos. Já houve oportunidade de agradecer pessoalmente a cada um, mas quero agradecer institucionalmente o voto de pesar que aqui foi aprovado.”* Em relação às questões que são colocadas, *“quero agradecer que tenham surgido, porque assim é possível também esclarecer um pouco melhor ou acrescentar informação à informação que os Senhores Membros da Assembleia têm em vosso poder. Em relação ao vinho, é conhecido que*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

houve um processo de insolvência da empresa, houve um leilão que a Junta de Freguesia participou e adquiriu, o vinho que lá existia e os equipamentos que estavam, que são de interesse para a Junta de Freguesia, no futuro, continuar a laborar e a explorar a vinha e a própria produção de vinho. O vinho que ficou, resulta desse leilão, de um processo que decorreu e de um leilão feito pelo Tribunal, como sabemos. Toda a documentação que daí resulta tem estado a ser tratada e é um processo que está em curso. Logo que esteja terminada essa fase de documentação, o vinho será colocado à venda, porque não interessa à Junta de Freguesia ter aquele bem ali em armazém, mas também tivemos que cumprir, como é normal, todos os procedimentos que decorrem do processo do leilão e enquanto não tivermos a documentação toda em nome da Junta de Freguesia, em condições de podermos comercializar o vinho, não o faremos, mas acredito que não demorará muito tempo.” Sobre a inauguração do edifício Multiusos do Mercado e do Centro de Interpretação José Luís Peixoto, “o Mercado seria inaugurado amanhã, não fora o que ocorreu durante esta semana. Por proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ocorreu o adiamento de amanhã para o próximo dia 7. Na segunda ou na terça-feira seguirá convite para os Senhores Membros da Assembleia, todos os Eleitos e demais entidades. Relativamente ao Centro de Interpretação, está também em ultimação, nomeadamente a Exposição de Conteúdos, e quer nas ultimações, na beleza e colocações e arrumações que sempre decorrem no processo de obras, está a trabalhar toda a equipa, no sentido de que tudo esteja concluído e que a inauguração possa ocorrer no próximo dia 21 de outubro. Penso que podemos dizer já como data definitiva, espero que não haja nenhum contratempo, mas este é o dia que está acordado com o escritor.” Sobre a época balnear, a senhora Presidente explica que “neste momento não temos contas encerradas ainda, em condições de poder mostrar do ponto de vista dos resultados financeiros. Teremos todo o gosto em fornecer aos Senhores Membros da Assembleia, como é normal, mas neste momento não temos essas contas ainda fechadas. Esta informação que o Senhor Augusto aqui está a trazer, para mim é nova. Eu soube, e chegou-nos informação, de uns calções rasgados, não sabia que tinha havido ferimentos. Desconhecia que a pessoa tivesse sofrido ferimentos, na sequência dessa situação. Sobre as obras, estamos agora com estas tarefas mais imediatas em mãos e



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

não estamos a perspetivar, para já, obras ali. Este alerta do escorrega fica registado e daremos toda a atenção, naturalmente, porque teremos de tomar medidas para que situações dessas não se repitam. O bar, também como sabemos, é um processo que carece de outro tipo de atenção e de medidas, dada a sua incrustação no próprio edifício. O ano passado, e este ano, optámos pela questão das máquinas de venda. No próximo ano veremos quais são as condições que temos. Neste momento, não vou adiantar nada que possa ser definitivo, estamos a avaliar as coisas e, de acordo com as condições que tivermos, a informação virá e prestaremos todas as informações e todos os esclarecimentos que se considerem necessários. Em relação ao lagar, como é conhecido, decorrem obras de melhoria, nomeadamente do processo de receção, contagem, pesagem da azeitona, para tornar de melhor qualidade o produto final e modernizar também aquilo que é o trabalho e o serviço que o lagar presta. As obras decorrem, as empresas estão a exercer as suas funções, tivemos dificuldades no início do processo das obras, porque empresas de construção civil capazes de fazer este tipo de trabalho não são todas e tivemos algumas dificuldades em que as empresas viessem ao nosso encontro, aos procedimentos que a Junta abriu. Neste momento, estamos na fase de instalação das máquinas, é uma empresa espanhola especializada que faz esse trabalho. A adjudicação está feita, o compromisso está assumido, a empresa está comprometida e nos próximos dias virá instalar os equipamentos. Acreditamos que se não houver nenhum contratempo, dentro de 15 dias, no máximo, as coisas estarão concluídas e estaremos em condições de abrir a época de moagem da azeitona sem percalços, tendo em conta este calendário que estava previamente definido e que tem estado a ser cumprido minimamente. Acredito que nos próximos dias a evolução seja no sentido de termos já a maquinaria instalada, depois a empresa de construção civil terá que vir fazer os acabamentos. Prevemos abrir no meio do mês de outubro.” -----

----- Em relação ao lagar o Senhor Augusto pergunta: “Diz-se que a Junta também vai alterar os preços do azeite, conforme os valores das redondezas. Fala-se em 50 euros por garrafão de 5 litros. Vai entrar nessa loucura?” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- A Senhora Presidente explica que *“como é conhecido, o preço do azeite que está em prática, tem-se mantido e nós não decidimos alterar nada do preço do azeite até agora. A produção que tínhamos, é esse o preço que fixámos e não foi alterado. Antes pelo contrário, com a aplicação do IVA zero, houve até uma redução do valor do IVA, nos termos da lei. Relativamente à próxima colheita, não lhe consigo adiantar coisa nenhuma, não está na nossa perspetiva nem no nosso horizonte, entrar, em ações de especulação do mercado, porque a entidade pública Freguesia de Galveias não é uma entidade que se dedique a esse tipo de comportamentos. Procuramos fazer contas aos custos dos produtos que comercializamos, porque também, enquanto entidade pública, temos a obrigação de não impor prejuízos ao erário público. E essa realidade, e a preocupação do apoio social aos Galveenses, e o apoio aos produtores de azeitona de Galveias, temos procurado gerir com equilíbrio e que não prejudique nenhuma das partes, tem sido esta a nossa conduta, não será diferente o rumo que teremos daqui para a frente. Especulação é uma coisa que não entra no nosso léxico.”* -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

APRECIÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA ACERCA DA ACTIVIDADE DA FREGUESIA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 2, ALÍNEA E) DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Os Senhores Membros da Assembleia têm na vossa posse a informação que permite aferir a boa saúde financeira da Junta de Freguesia, penso que a saúde financeira da Junta está boa e recomenda-se. Temos tido sempre a preocupação de manter o equilíbrio e é essa a nossa postura e mantemo-la. Temos trabalhado sempre nesse sentido e continuaremos a trabalhar. Em relação à situação financeira da Junta de Freguesia estamos, na minha opinião, numa situação tranquila. Sempre preocupados, naturalmente, porque este trabalho é diário e temos de o manter, mas penso que não há motivo para preocupações de maior. Relativamente à demais atividade desenvolvida, destacaria aqui todo o trabalho preparatório da inauguração do Mercado, como já foi referido há momentos, como também do Centro de Interpretação José Luís Peixoto e da Rota Literária de Galveias. Ainda a preocupação*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

que temos tido, porque passou a ser uma nova preocupação este ano, a posse por parte da Junta de Freguesia da gestão e da administração da vinha e tudo o que daí tem resultado. A par do acompanhamento de todas as obras e todas as ações que têm vindo a ser desenvolvidas, no sentido das melhorias que têm sido operadas, nomeadamente o lagar, como também acabámos de referir. Às demais questões e à atividade normal da Junta de Freguesia nos vários serviços, os Senhores Membros da Assembleia têm toda a informação nomeadamente dos animais que foram vendidos, das crias, dos animais de refugio, todo o desenvolvimento que tem acontecido nesse sentido. A preocupação que temos em manter a qualidade dos rebanhos, em renovar, rejuvenescer, vendendo os que são refugio e mantendo ou deixando ficar novas crias para substituição, mantemos essa preocupação e essa conduta. Sobre a cortiça, que este ano também é um aspeto interessante, e importante da gestão da Junta neste ano económico, a extração decorreu dentro do normal, aliás, no ponto seguinte vamos tratar do aspeto que tem a ver com essa questão. Porque no ano passado houve algumas dificuldades acrescidas na extração da cortiça do ano passado, conseguimos fazer por acordo com as empresas, prolongar os contratos para este ano e este ano conseguimos cumprir, tanto o contrato do ano passado como o deste ano. Apraz-nos registar neste momento que a extração de cortiça amadia decorreu como tínhamos previsto e programado. Também a vindima já decorreu, os Senhores Membros da Assembleia têm também a informação do que foi a produção, a uva vendida, do que ficou para produção própria do vinho para a própria Freguesia de Galveias, para que os Galveenses possam desfrutar de vinho produzido a partir das uvas da vinha que é propriedade da Freguesia e produzido também na adega que ficou - apesar da insolvência da empresa - na adega que ficou no Monte da Torre e que nos permite agora continuar a desfrutar de vinho com esta característica de garantia de qualidade também, sendo produzido nos nossos próprios serviços. Os Senhores Membros da Assembleia têm toda a informação, tanto das atividades culturais quanto recreativas, desportivas, que decorreram neste período de tempo, desde o desfile das marchas populares do concelho de Avis e da Freguesia do Cano que vieram até Galveias; as exposições que foram realizadas; a visita dos seniores a assistir ao espetáculo do Teatro de Revista no Politeama; o Festival Sete Sóis Sete Luas que, mais uma vez, teve



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

um espetáculo realizado em Galveias; os espetáculos que a própria Junta de Freguesia tem promovido; o Festival Internacional de Folclore, que mais uma vez aconteceu e também com boa aceitação por parte da população; o lançamento do livro do Sr. António Ricardo, de vir a Ponte de Sor e que nos desafiou a fazer a sua apresentação aqui em Galveias; as festas da vila, que decorreram com normalidade, segundo aquilo que é possível apurar, neste momento; depois, o campo de férias na área da música, que decorreu entre 13 e 20 de Agosto, o Summer Camp, que já vai na edição 3 e que decorreu também para agrado dos jovens que nos visitaram e dos jovens de Galveias, que sendo alunos de música e membros da Banda Filarmónica, também participaram; o Festival de Música Júnior que decorreu em Ponte de Sor e que também teve uma das suas atividades descentralizada em Galveias; a receção que a Banda Filarmónica Galveense fez à Banda Filarmónica Eco Edificante dos Açores, que permaneceram entre nós durante 4 dias, para agrado dos nossos visitantes com uma boa presença, uma dignificação também dos intercâmbios musicais entre as bandas filarmónicas; o acompanhamento das obras que têm estado em curso e que os Senhores Membros da Assembleia têm em vosso poder. Destacando aqui e reafirmando neste trabalho todo desenvolvido que foi assinado contrato de arrendamento do prédio na Avenida Visconde de Valmor. Temos, neste momento, dos 5 prédios de Lisboa encontradas soluções para 3 deles, a saber, da Avenida da Liberdade, da Rua da Glória e, mais recentemente, a Avenida Visconde de Valmor. Isto é a consequência de muito trabalho da nossa parte, no sentido de encontrar soluções que possam aliviar as responsabilidades da Junta de Freguesia e, ao mesmo tempo, assegurar a receita de modo continuado e programável, e planeável. Sabemos que os prédios têm todos eles necessidades de obras de grande volume, e essa preocupação, porque a Junta de Freguesia, estando bem financeiramente, não tem as condições para assumir obras de tal valor, porque de cada um dos prédios são necessários, para o somatório dos prédios todos, são necessários muitos milhões de euros, para cada um deles. Não tendo a Junta essas condições, desenvolvemos procedimentos no sentido de arrendar os prédios com as obras por responsabilidade dos arrendatários. E, felizmente, até aqui, temos resolvido o problema de 3 dos 5 prédios, faltam aqueles que eu costumo considerar, que se pode chamar o rabo da raposa, que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

“é o mais difícil de esfolar”. São os que estão em piores condições de conservação, é um histórico com várias décadas. Há registos na Junta de Freguesia já em 1980 do seu estado deplorável de degradação, e é uma situação de degradação que se mantém, e nós temos essa grande preocupação de que podem daí advir grandes responsabilidades para a Junta de Freguesia, e para os seus eleitos, se um acidente qualquer ocorrer, e nós não queremos que isso aconteça. Temos procurado diligenciar no sentido de resolver este problema, falta-nos aqueles, mas neste período que medeia entre a última Assembleia e esta, podemos registar a assinatura do contrato do prédio da Avenida Visconde de Valmor. Os contratos existem, os Senhores Membros da Assembleia se quiserem consultá-los, estão disponíveis para poderem consultar. E teremos, um livrar, chamemos-lhe assim, ou um aliviar de responsabilidades por parte da Junta de Freguesia na prossecução do cuidado do património que se impõe e para o qual a Junta não possui meios próprios que não fosse por esta via, no sentido de garantir que sejam requalificados, que sejam melhorados e que, por essa via também, acabam por ficar valorizados e valoriza-se assim também o património que é propriedade da Freguesia de Galveias.” -----

----- O Senhor Augusto pergunta: “Pôs aqui a quantidade de arrobas, mas a que valor é que foi vendida, comprada a arroba da cortiça à Junta?” -----

----- A Senhora Rute “Queria perguntar se é possível, aqui nas contagens dos ovinos e bovinos, incluir as prenhas. É possível?” -----

----- A senhora Presidente explica que não tem, e a senhora Rute pergunta se não podem ser incluídos, “Estou a perguntar se é possível ser fornecida essa contagem. E aqui na parte dos valores da venda da uva e do vinho, este valor que está aqui de litros para vinho próprio são os litros que vão ficar para fazer vinho deste ano, certo? É só esta quantidade?” -----

----- O Senhor Augusto pergunta se “seria possível os serviços da Junta facultarem os contratos de arrendamento, da Visconde de Valmor, que é o único que nos falta? Os outros tinham sido fornecidos.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- A Senhora Presidente esclarece que *“os Senhores Membros da Assembleia terão acesso ao que temos no âmbito do contrato de arrendamento. Em relação ao vinho, o que está aí indicado, é para a produção deste ano, porque ficou bastante do leilão. A Junta de Freguesia fez questão de ficar com tudo o que lá estava porque há uma boa quantidade de vinho. Em relação às fêmeas prenhas, não tem sido essa a prática, não quer dizer que não possa ser. Sobre o preço da arroba, nós tivemos três procedimentos diferentes, tivemos um para o Vale Penedo, que é do contrato do ano passado, o preço foi quarenta e cinco euros e doze cêntimos, por arroba. As Tremelgas e as Coutadas e a Tapadona que foi do contrato de 2023 foi 55,56 euros, o valor deste ano foi diferente e a cortiça também. Com um parêntesis aqui que na cortiça das Coutadas, nomeadamente, foi extraída cortiça que tinha sido queimada, como estamos lembrados, essa cortiça desvaloriza bastante, não foi dado, não entrou nestes valores do preço da outra. O preço da cortiça queimada foi de 7,50 euros.”* -----

----- Não havendo mais questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia lembrou a população presente que, para usarem da palavra no período aberto à população, deverão preencher o documento disponível para esse efeito.-----

SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 1 ALÍNEA A) DA LEI 75/2013. -----

----- A Senhora Presidente explica que *“esta operação resulta do prolongamento do contrato da cortiça do ano passado para este ano. Explicações mais técnicas, eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia, que o senhor David, é ele o responsável por estas questões, possa prestar alguns esclarecimentos, caso os Senhores Membros da Assembleia o pretendam.”* -----

----- O Senhor David explica que *“A alteração, até nem é um valor elevado, é só porque nós temos duas operações a dar entrada na Junta e no orçamento inicial não estava previsto essas duas rubricas. O valor do orçamento da receita mantém-se igual, é a mesma coisa. Tive de ir buscar aí ao Parque Aquático, porque já, já não vai entrar mais ninguém, tive de lá tirar os 650 euros para pôr nessas duas situações muito simples: uma delas é a luzerna, que era uma situação duma pessoa que estava em dívida com a Junta*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

há muito tempo, decidi regularizar, regularizou tudo menos isso, porque nós não tínhamos isso previsto, como é uma coisa muito antiga, está agora disponível para encerrarmos esse processo. E a outra situação era uns fundos de pensão, uma pessoa que estava na Junta a trabalhar, de baixa, e agora o seguro vai pagar à Junta o acerto da ausência da pessoa ao serviço.” -----

----- A Senhora presidente conclui “o David sabe, que nós conversámos muito sobre estas questões da alteração do prolongamento do contrato do ano passado para este ano, que previa não apenas a entrada de receita, mas a saída de despesa, também. Isso resolveu-se nos termos da lei.” -----

*----- Não havendo questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação sendo **aprovado por maioria com quatro abstenções.** -----*

APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM A ATEVA – ASSOCIAÇÃO TÉCNICA DOS VITICULTORES DO ALENTEJO, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º., Nº.1 D) DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

----- A Senhora Presidente explica “os Senhores Membros da Assembleia têm o texto do contrato na vossa posse, trata-se de um contrato que a Junta teve que retomar, dado que retomou a gestão e a posse da vinha. A assistência técnica que vinha sendo prestada, e que com o arrendamento da vinha deixámos de ter esta responsabilidade, mas agora achámos por bem voltar a ter este apoio técnico que nos ajuda ao acompanhamento da vinha, nas várias fases da produção. E vem à Assembleia de Freguesia, porque se trata de um contrato que acompanha o ano vinícola e que se transforma num contrato plurianual, apesar de durar um ano. No próximo ano poderemos avaliar se renova ou não, à partida, não havendo nada contra poderá prolongar-se, mas mesmo sendo um contrato apenas por um ano, porque ocupa dois anos civis transforma-se, nos termos da lei, num contrato plurianual. Daí, a necessidade de vir à apreciação e à votação da Assembleia de Freguesia.” -----

*----- Não havendo questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação sendo **aprovado por maioria com quatro abstenções.** -----*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

CERTIDÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DA JUNTA DE FREGUESIA DE GALVEIAS. -----

----- A Senhora Presidente diz: *“Vou buscar algumas informações e peço autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para permitir que o Dr. António Danado nos possa prestar aqui também alguns esclarecimentos acerca desta matéria, mas que se prendem com o assunto. A Junta de Freguesia tem, neste momento, um mapa de pessoal substancialmente diferente do que tinha, nomeadamente quando eu cheguei à presidência da Junta. Nós temos, neste momento, lugar para 6 técnicos superiores, em diversas áreas, temos um mapa de pessoal que precisa ser estruturado e que aumentou substancialmente, fruto das necessidades dos serviços que a Junta de Freguesia presta. Posto isto, é necessário criar uma estrutura orgânica dos serviços e só é possível a Junta de Freguesia iniciar esse trabalho, após trazer à Assembleia essa intenção e a Assembleia autorizar, nos termos da lei, que a Junta de Freguesia possa desenvolver esse trabalho e trazer, depois, à Assembleia a proposta de estruturação do mapa de pessoal, nesses termos. É isto que se nos coloca, porque estão passados os períodos experimentais, porque os contratos estão consolidados e os lugares no mapa de pessoal dos funcionários que assumiram funções no seguimento dos procedimentos concursais que decorreram. Impõe-se a reestruturação dos serviços, tendo em consideração esta nova realidade que a Junta já vive e que precisa, de facto, de reestruturar e organizar.” -----*

----- Após de devidamente autorizado, o Senhor Dr. António Danado explica que: *“De facto, o que nós estamos aqui a analisar não é a certidão, mas a proposta em si, que teve de vir à Assembleia de Freguesia para aprovar. Determina o decreto-lei 305/2009, no seu artigo 13.º, que compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, aprovar o modelo de estrutura orgânica, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e definir o número máximo total de subunidades orgânicas. Aquilo que nós vimos aqui propor - aliás, a proposta, a pedido da Senhora Presidente fui eu que trabalhei - é que se apresente aqui, tendo em conta depois tudo o demais disposto no art.º 15.º, inclusive, em que as unidades orgânicas só podem ser de segundo grau desde que tenham, pelo menos, dois chefes, dois técnicos superiores sob a sua alçada,*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

para além do chefe de divisão, tenham mais dois chefes superiores, entendemos que não há condições objetivas para que a Junta tenha unidades orgânicas de segundo grau. O que é que é isso das unidades orgânicas de segundo grau? Na minha opinião, são as divisões, aquilo que normalmente chamamos nas Câmaras Municipais as divisões, o chefe de divisão, os chefes intermédios abaixo, os das subunidades orgânicas abaixo, os coordenadores de serviço, enfim, há uma série, uma panóplia de chefias intermédias que podem ser enquadradas nestas divisões. Na Junta de Freguesia tem que ter em conta, o número de chefes superiores que nós temos, não nos parece ser possível criar uma estrutura da divisão. Ou seja, tem de ser uma estrutura abaixo da divisão de unidades flexíveis abaixo das divisões e aquilo que propomos aqui é que sejam unidades criadas de terceiro grau. O que propomos é que sejam o máximo, não quer dizer que sejam criadas as cinco unidades orgânicas de terceiro grau, que seja aprovada aqui uma estrutura orgânica hierarquizada e flexível. E porquê hierarquizada? Exatamente para que possamos ter uma estrutura de comando, digam-me a expressão, é uma estrutura em que possamos responsabilizar faseadamente, ou seja, o operário responde perante o encarregado, o encarregado responde perante a unidade, o chefe, o responsável da unidade orgânica de quinto grau, este perante a de quatro, e este perante o terceiro e o terceiro perante o Executivo. Lembro que - já agora, é importante - que na Junta de Freguesia, ao contrário do que acontece nas Câmaras Municipais, os trabalhadores respondem perante o Executivo na sua íntegra, ou seja, perante a Junta de Freguesia e não perante o Presidente da Junta de Freguesia. Há aqui uma distinção grande nos termos da alínea e) do art.º 19.º do anexo à lei 75/2013, em que todas as matérias sob gestão dos recursos humanos são da competência da Junta de Freguesia, não delegada no Presidente. Ao contrário da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35.º da lei 75/2013, que é competência própria do Presidente a gestão dos recursos humanos, delegável nos Vereadores e ainda no Chefe de Divisão. Que é uma coisa que é completamente, o que faz aqui uma grande distinção no tocante à relação das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais com os trabalhadores, há aqui uma distinção enorme. Mas, há aqui uma matéria que me parece ser importante. É preciso, agora que já temos os quadros técnicos mais ou menos estabilizados, embora tenhamos, saibamos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

que haverá sempre alguns a sair, outros a entrar, é normal, é natural, é a estrutura da administração pública atual que está sempre a mudar. Mas, a verdade é que aqui, o que estamos aqui a colocar, é necessário criar uma estrutura orgânica modernizada. Não pode estar tudo dependente de decisões que venham do Executivo, embora as decisões do Executivo têm de estar no plano superior, para depois serem executadas abaixo, mas não podemos estar à espera de questões de minudências que se reúna a Junta ou que reúna, e tem que haver decisões e, acima de tudo, tem que haver responsabilidade. E isto é que é a grande questão que nós temos, é que temos que responsabilizar os nossos quadros técnicos da Junta de Freguesia pelas tomadas de decisão, pela preparação das informações, das propostas que vêm não só na Junta de Freguesia, mas também para a realização dos serviços. Aquilo que propomos, de facto, é que seja estruturado, não temos ainda a proposta, porque é lógico, neste momento, aquilo que fazemos nos termos do art.º 13.º alínea a), é aprovarmos o modelo de estrutura orgânica, e propomos uma estrutura orgânica e hierarquizada flexível. Nos termos da alínea b), definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, propomos 5 unidades orgânicas de terceiro grau, no máximo, ou seja, 5 unidades orgânicas de terceiro grau e o máximo de 10 unidades, subunidades orgânicas de quarto e quinto grau. O máximo, não quer dizer que sejam todas preenchidas, é o máximo. Como é lógico, iremos tentar ter tudo pronto a tempo depois da aprovação do mapa de pessoal, depois reorganizarmos as questões do mapa de pessoal. Depois, cabe à Junta de Freguesia, que é uma nuance, porque aquilo que normalmente acontece é que todas estas matérias têm de vir à Assembleia de Freguesia para aprovação, aqui não, aqui a única coisa que se aprova é a estrutura orgânica. E, depois, cabe à Junta de Freguesia, nos termos do art.º 14.º do decreto-lei 305/2009, criar as unidades e subunidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências dentro dos limites fixados pela Assembleia de Freguesia, os limites fixados no âmbito do número de unidades orgânicas a criar e a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas, cabendo-lhe a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa e ainda a criação ou alteração e extinção de subunidades orgânicas. Ou seja, isto é competência, depois, que cabe só à Junta de Freguesia. Aqui nós aprovamos, ou seja, o teto máximo para organizar as questões, depois cabe à Junta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

de Freguesia preencher os quadros e como é que iremos preencher os quadros, criando depois uma orgânica completamente diferente daquela que temos atualmente em que, neste momento, embora tenhamos basicamente estruturada em serviços administrativos, serviços operativos e serviços de agricultura, de facto, não é. É que, depois ninguém é responsável por nada, ninguém responde por nada, e tudo, e só temos alguém a responder, que é os eleitos. Não temos nenhuns técnicos que possam diretamente ser responsabilizados e responder por determinada área e pensamos que aqui e com o lançamento, aliás - e foi aqui já informado pela Senhora Presidente - com a aposta que tem sido feita na cultura e pela Junta de Freguesia nestes últimos mandatos, parece-me que é importante, com a questão do José Luís Peixoto, com a questão também agora da reabilitação do Mercado, com as várias questões que têm sido desenvolvidas aqui também no âmbito patrimonial, parece-me que é importante, o património histórico, digamos, senão no outro património, importante que tenhamos também alguém a tratar e ser responsabilizado por essa área. E não ficar tudo no limbo, porque neste momento, com os administrativos, os operacionais e a agricultura, ninguém trata disto, está no limbo. E depois, ainda temos outro, que é: nós temos um património, já foi aqui a informação, avaliado em mais de 57 milhões de euros. Quem é que é responsável pelo património? Ninguém! Na estrutura orgânica ninguém é responsável pelo património, neste momento, e nunca ninguém seria responsável pelo património, ou seja, sendo que é responsabilidade direta do Executivo. E isto é incomportável que isto aconteça numa estrutura orgânica que se quer para o futuro e não para o passado, virada para o futuro e não para o passado. Nessa linha, foi uma proposta que eu, apresentada por mim, subscrita por mim e pela Senhora Presidente, à Junta de Freguesia para agora ser também esmiuçada e trabalhada na Assembleia de Freguesia, estando ao dispor para qualquer esclarecimento adicional que entendam.” --

----- O Senhor Augusto pergunta” a minha questão era se isto correspondia a mais entradas nos quadros? Ou se os elementos que estão já na Junta, iam preencher os quadros?” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor António Danado explica que *“nos termos da lei geral, temos que depois abrir concurso, ainda que interno, temos que abrir concurso para ocupação dos quadros. Pode ser para nomeações provisórias, mas têm de ser abertos os concursos. Ora, os concursos são um precedente especial de abertura para constituição das chefias intermédias, tem uma regra especial, segue as regras do decreto-lei, da lei 2/2004. Ora, nós aqui chegamos, que venha a concurso pessoal especializado de toda a administração pública e isso nós não podemos nunca opor-nos, porque se é concurso interno, qualquer pessoa que esteja na administração pública pode concorrer. E isto, não temos forma de dar a volta aqui à questão. Esta é a primeira questão. A segunda questão, e será também analisado, uma das questões que eu tenho falado várias vezes com a Senhora Presidente, tem havido uma preocupação inerente aqui na Junta de Freguesia de tudo aquilo que é trabalho efetivo e trabalho permanente e tarefas permanentes, de ser aberto lugar no mapa de pessoal para ocupação dessas tarefas permanentes. A partir do momento que sejam abertos mais espaços, mais atividades, mais competências, que se receba mais competências na Junta de Freguesia, é natural que haja maiores necessidades de pessoal. Não estou a dizer que esta estrutura orgânica implique maior necessidade de pessoal. Implica é pôr as pessoas, e responsabilizar as pessoas, que cá estão, por determinadas áreas. E ao responsabilizá-las também elas ficarem a saber, de facto por aquilo que devem responder e por o que é que não devem responder. Porque tem havido, às vezes, alguma confusão, que é natural, numa estrutura que passa de muitas vezes de 20 trabalhadores, 15 trabalhadores, para 70 trabalhadores, acaba por ter aqui alguma dificuldade, depois, de gestão, de confusão, este responde a quem, quem é que manda, quem é que não manda? Não impede que possam surgir, até porque é provável que ainda vão surgir mais, terão de ser abertos mais concursos, até por questões de reformas, de aposentações, doenças, enfim, que há uma série de questões dessa natureza também na Junta de Freguesia, é provável que tenhamos de abrir mais concursos durante o próximo ano, mas que, não me parece que seja por força da estrutura orgânica que seja necessário abrir mais concursos.”* -----

----- Não havendo questões a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação sendo **aprovado por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RELATIVA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia explica que o documento foi distribuído pelos membros da Assembleia e, não havendo pedido de esclarecimentos pelos eleitos e, não havendo inscrições por parte do público, o senhor presidente coloca a ata em minuta em votação, **sendo aprovada por maioria com três abstenções.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Luís Armando Rodrigues Soeiro, declarou encerrada a reunião do que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que foi **aprovada com 3 abstenções**, em minuta, e, vai ser assinada por mim, Carlos Valente que a redigi e pelo senhor Presidente da Assembleia de acordo com o artigo trigésimo do regimento em vigor. -----
